



**LEI MUNICIPAL Nº 1684/2025  
DE 24 DE SETEMBRO DE 2025.**

Regulamenta o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Poder Legislativo do Município de Boa Vista do Incra (RS) e dá outras providências.

O Sr. Gilmar Laurindo Bellini, Prefeito Municipal de Boa Vista do Incra, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Boa Vista do Incra aprovou o Projeto de Lei do Legislativo nº 17/2025, e o mesmo sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica regulamentado que o Auxílio-Alimentação a ser pago em pecúnia aos servidores efetivos, contratados e cargos em comissão do Poder Legislativo Municipal de Boa Vista do Incra (RS).

**Art. 2º** - Auxílio-alimentação dos servidores do quadro de pessoal do Poder Legislativo Municipal fica fixado em R\$708,07 e será lançado na folha de pagamento de cada servidor, em código específico, independente de carga horária;

**Art. 3º** - Não farão jus ao benefício instituído pela presente Lei os servidores públicos inativos e aqueles que tiverem afastados do cargo, inclusive nas hipóteses em que a lei prevê o afastamento como de efetivo exercício, excetuando-se os afastamentos por Férias, atestados médicos até 15º dia, Licença para Tratamento de Saúde, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, Licença Gestante (maternidade), Licença Adotante, Licença Paternidade, licença-prêmio, dias de folga por compensação referente ao banco de horas e Acidente de Trabalho, hipóteses em que servidores farão jus ao benefício instituído nesta Lei.

**Parágrafo único.** Os valores indevidamente recebidos serão restituídos ou compensados no mês subsequente ao da apuração.

**Art. 4º** - Auxílio-alimentação não se incorpora ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão ou vantagens para qualquer efeito legais, bem como não será computado para efeito de cálculo de quaisquer vantagens funcionais e sobre ele não incidirão as contribuições previdenciárias e os descontos tributários.

**Art. 5º** - Ocorrendo à rescisão de trabalho, o servidor terá direito ao auxílio-alimentação proporcional aos dias trabalhado.

**Art. 6º** - auxílio alimentação será reajustado na mesma proporção dos salários dos servidores do Poder Legislativo e na mesma data de acordo com o índice inflacionário oficial calculado pelo INPC da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e na falta deste, por outro índice que venha a substituí-lo.

**Parágrafo único.** O auxílio alimentação tem caráter indenizatório e, para fins de concessão do vale-alimentação instituídos pela presente Lei, fica estipulado em 22 (vinte e dois) o número de dias trabalhados mensalmente.



Estado do Rio Grande do Sul

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA**


**Art. 7º** - As despesas decorrentes com a implantação desta Lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

**Art. 8º** - Revogam-se as disposições em contrário, em especial Lei nº 1.318/2019.

**Art. 9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 24 de setembro de 2025.

  
**Gilmar Laurindo Bellini**  
**Prefeito Municipal**

  
**Cirineu Ribeiro**  
**Secretário Municipal de**  
**Administração e Planejamento**